O INÍCIO DA FALANGE VERMELHA: INSTITUTO PENAL CÂNDIDO MENDES (IPCM)

MANUELA CASTILHO COIMBRA DA COSTA

Inaugurado em 1963, o IPCM é o primeiro presídio estadual na Ilha Grande e sua inauguração se dá na mesma época em que acabam os recursos federais para o sistema penitenciário carioca que entra, então, em grande crise financeira. Uma das primeiras formas de manifestação dessa crise é o fim do enxoval, ou seja, seu uniforme, produtos de higiene pessoal e cigarros, o que cria, entre os próprios presos, uma hierarquia e mais um problema: desenvolve-se, dentro das prisões, uma economia ilegal, tudo passa a ser comercializável. E não há apenas o pagamento em dinheiro, mas especialmente em cigarros (muito comum à época) e favores. Como os condenados mandados para a Ilha Grande eram, em sua maioria, 'caídos' (ou pobres ou que foram abandonados por suas famílias), lá a situação tornou-se ainda mais grave.

Além disso, as instituições carcerárias instaladas na Ilha Grande sempre haviam recebido presos políticos ou detentos com penas leves. O IPCM, porém, é criado para ser um presídio de segurança máxima.

Em 1964, mesmo com o Golpe e a prisão de diversos ativistas políticos, não houve mudanças naquela unidade carcerária. Estas só começaram a ocorrer com o endurecimento do regime. Em 1968, com o decreto do Ato Institucional n. 5, o número de presos dobra: em menos de 1 mês são mandadas 56 pessoas para um presídio que até então abrigava apenas 51 detentos. No ano seguinte, ocorre uma fuga em massa da Penitenciária Lemos de Britto ('a vitrine do sistema penal') e, em resposta, os presos políticos que lá se encontravam foram transferidos para a Ilha Grande e mantidos isolados da massa carcerária.

Com o Decreto-Lei n. 898, que modifica artigos já existentes na Lei de Segurança Nacional (LSN), qualquer pessoa que pratique delitos como assalto, seqüestro ou roubo, será punida por essa nova versão da LSN, independente de seu crime ter ou não intenções políticas. Assim, o governo aproximava a imagem do guerrilheiro à do bandido e negava a existência de presos políticos no Brasil.

É a partir daí que a galeria B do IPCM, que mais tarde ficará conhecida como 'fundão', passará a abrigar apenas os presos da LSN, com apenas 1 hora de banho de sol por dia e sem trabalhar nas oficinas do presídio, isolando-os assim, dos outros detentos e levando à convivência de presos políticos e comuns.

O PERFIL DOS MILITANTES

Os militantes políticos da década de 70 eram, em sua maioria, jovens pertencentes à classe média urbana. Um levantamento feito pelo projeto 'Brasil: Nunca Mais'mostra que, entre 1964 e 1979, 39% dos presos políticos tinham 25 anos ou menos e eram, em sua maioria, moradores de centros urbanos, pertencentes às classes média ou alta (para se ter uma idéia, mais de metade deles havia atingido a Universidade). Nas entrevistas feitas ao longo da pesquisa, os presos políticos comentaram como essas características traziam dificuldades nas prisões e também na relação com os presos comuns. O depoimento de Paulo Henrique ilustra bem essa situação:

"Havia esse aspecto cultural (...) Não posso negar que a gente tinha muito preconceito em relação às drogas, com relação a tudo isso, por própria formação - a maioria do pessoal da luta armada era classe média, de origem religiosa. Com uma formação completamente diferente da formação deles, que eram pessoas de origem humilde, a maioria analfabeta, com uma história de vida muito degradada, machucada".

Quando consideramos, porém, a situação dos presos políticos antes de seus julgamentos (não terem seu paradeiro conhecido e, por muitas vezes, nem mesmo sua prisão reconhecida pelas autoridades; a proibição das visitas; torturas), percebemos que o medo que eles tinham dos presos comuns, das violências e explorações que poderiam sofrer dividia espaço com a garantia de terem sido julgados e irem para um presídio civil.

Ao mesmo tempo em que se encontravam na situação de criminosos culpados, também estavam livres da polícia política e, com ela, das torturas e do risco de desaparecimento. Outra garantia era que seu paradeiro seria conhecido por sua família e amigos, que assim poderiam lhe apoiar. Nesta situação, o risco de embates com os presos comuns era preferível à 'convivência'com os militares.

A CONVIVÊNCIA

Apesar da expectativa, a convivência entre os condenados pela LSN foi mais calma do que se esperava, especialmente pelo comportamento dos presos comuns. Como afirma Colombo Vieira, "o negócio dos caras era o seguinte: era cumprir as penas ou fugir. Ele tá menos preocupado com o outro ali do lado".

Havia, entre os presos políticos, algumas regras, como não fumar maconha, não fazer sexo na prisão e, também, não roubarem uns aos outros. Estas, além de facilitar suas vidas naquela situação de encarceramento, também serviam para man[1]tê-los com uma identidade diferenciada, de militantes políticos. Como estavam em maioria, foi fácil impor suas regras aos presos comuns que ali se encontravam.

Os presos políticos promoveram uma série de melhorias, como a farmácia e a biblioteca. E levaram para a Ilha Grande duas organizações que eram suas marcas em todos os presídios por onde passavam: o fundo coletivo e o colegiado. O fundo coletivo era uma despensa onde se guardavam todas as comidas que os presos políticos recebiam de suas visitas e que, depois, eram divididas igualmente entre eles.

Já o colegiado era um grupo pequeno, escolhido entre os presos políticos, daqueles que seriam seus representantes frente a administração do presídio.

Essa organização, somada à hegemonia dos presos políticos naquela galeria e à sua luta para melhorar as condições da prisão fizeram com que esse grupo fosse "muito respeitado, não só pelos presos comuns como pela guarda".

Houve também a organização da Farmácia e da Biblioteca. É importante frisar que os presos políticos não faziam doações de livros ou remédios para o IPCM; estes ficavam em suas celas e, quando necessário, outros presos ou então os agentes carcerários faziam o pedido a eles. A Biblioteca, apesar de ser conhecida pelos guardas, só funcionava entre os próprios presos, chegando mesmo a ter livros marxistas.

A Farmácia, por sua vez, era aberta à toda a comunidade da Vila de Dois Rios, pois a dificuldade de conseguir medicamentos (especialmente pela distância em que se encontravam) se estendia também à família dos guardas: "os presos políticos tinham uma farmácia que servia tanto à guarda, como à família dos guardas, à família dos PM's, servia também pros presos comuns, porque a farmácia do presídio não tinha nada".

Houve também uma série de cursos promovidos pelos presos políticos em sua galeria. Sua intenção era tanto formar grupos de discussão – como os que já existiam entre os movimentos e organizações antes de sua 'queda'- quanto melhorar o nível escolar de alguns presos. Manoel Henrique nos dá dimensão da variedade de cursos oferecidos: "nós fazíamos grupos de estudo. Eu, por exemplo, dava aula de curso primário para alguns companheiros que eram analfabetos. Tinham estudos de economia, marxismo". Esses cursos, apesar de não serem exclusivos, eram voltados para os próprios presos políticos, sendo rara a participação dos presos comuns.

O MURO

Em 1973 ocorreu o furto do relógio de um preso político, Cláudio Câmara, por um preso comum, Ricardo Duran. Colombo Vieira explica a situação: “Ele (Ricardo Duran) roubou o relógio de alguém, Cláudio Câmara, e então o pessoal falou vamos, nós, matando esse cara, nós submetemos os demais. Primeiro, ele passou do limite, e bater simplesmente... Nós estaríamos nos igualando aos torturadores: vamos bater pra corrigir? Então sentenciou-se a pena de morte (...) foi decidida a morte do cara e foram matar, mas aí foi muita gente... Muita gente batendo num só acaba um batendo no outro e não fazendo... E ainda foi uma ação de surpresa, que nem todos os presos políticos sabiam, foi uma coisa decidida a nível de representação, enfim, do comando de lá, e que criou uma revolta até entre os presos políticos (...) Depois desse episódio é que vem o pedido de separação, aí se utiliza, na verdade, a violência do preso comum e o conflito com os presos comuns foi utilizado pra gente conseguir a separação”.

O roubo desse relógio se torna estopim de uma luta que, para os presos políticos já levava anos: eles queriam tratamento diferenciado, a separação dos outros presos. Como já foi dito, o governo não reconhecia a existência de presos políticos no Brasil, e a construção desse muro forçava as autoridades a admitirem a existência de dois grupos distintos entre os presos da LSN.

Em 1975 já não haviam mais presos políticos no IPCM. Porém, é só nesse momento que o Diretor da SUSIPE, Augusto Thompson, autoriza a mistura do grupo condenado pela LSN, que ainda se encontrava no ‘fundão’, ao resto da massa carcerária.

OBJETIVOS DA FALANGE

O sociólogo Edmundo campos Coelho afirma que “um dos efeitos da convivência dos presos políticos com os LSN na Ilha Grande foi o de formar, em alguns desses últimos a convicção de que a observância aos direitos dos presos deve ser antes uma conquista da ação organizada da massa carcerária do que uma concessão da

administração (...)Não se trata de superestimar aqui a consciência política de vários dos componentes do grupo dos LSN (...) seria um erro, contudo, subestimá-la com base na ausência de uma formação mais ideológica".

Muitas das atitudes tomadas por esse grupo imitavam a dos presos políticos: greve de fome; divisão igualitária de recursos entre o grupo. O discurso de Carlos Gregório, o Gordo, deixa claro o exemplo seguido: "O preso político tinha ma banana e dividia em 30 prá todo mundo comer. Se um comia, todo mundo tinha que comer, se dez não comiam, os outros não comiam. Então, a partir daí, começou a surgir essa idéia coletiva".

O que se pode perceber, nesse e em todos os depoimentos, é a criação - ao longo dos anos de convivência com os presos políticos e de isolamento do resto da massa carcerária - de um grupo coeso, com regras diferentes das vistas até então nas prisões. Observa-se também a imitação de diversas medidas tomadas pelos presos políticos, como o fundo comunitário, o colegiado e as regras internas do grupo.

Nesse primeiro momento, há uma série de embates com as autoridades: greves de fome, abaixo- assinados, denúncias de maus tratos e de espancamentos. Todos seguindo o modelo observado pelos presos políticos e visando a melhora de condições na vida intra-muros. Para Edmundo Campos Coelho, "os 'Leis de segurança' não tinham vínculos com grupos organizados fora das prisões, nem interesses localizados em qualquer comunidade externa, nem recursos que não fossem existentes dentro dos muros das cadeias".